

1 **Ata da 42ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades realizada nos dias 29, 30 e**
2 **31 de outubro de 2014.**

3
4 No dia 29 de outubro de 2014, no auditório do Ministério das Cidades, nesta cidade,
5 deu-se início aos trabalhos da 42ª Reunião do Conselho das Cidades - ConCidades
6 mediante convocação de seus membros, conforme o Regimento Interno deste Conselho.

7 **1.** O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Paulo Rochel, declarou abertos os
8 trabalhos e convidou para compor a mesa o Ministro de Estado das Cidades, Gilberto
9 Occhi, o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto
10 Carvalho, e um representante de cada segmento do ConCidades. **2.** Foi solicitado ao
11 plenário alteração da pauta para permitir que o tema de conjuntura fosse tratado
12 imediatamente pelo Ministro Gilberto Carvalho. **3.** O Ministro Gilberto Occhi
13 agradeceu a presença de todos e informou sobre a publicação de doze resoluções do
14 ConCidades. **4.** Gilberto Carvalho saudou a todos e comentou sobre o término do
15 processo eleitoral, informou que a Presidenta não considera que o Brasil está dividido.
16 Mencionou a superação dos limites e da necessidade de correção de rumos nesse novo
17 mandato da Presidenta. O Ministro se comprometeu a agendar um encontro da
18 Presidenta Dilma com representantes do Conselho das Cidades. Falou que a ajuda da
19 sociedade civil e dos agentes da cidadania, foi decisiva no processo dessa vitória. Com
20 relação ao decreto legislativo que derruba o Decreto Presidencial 8.243/2014 sobre a
21 participação social, lembrou que o Decreto não cria conselhos populares e sim organiza
22 e aprofunda a participação social. **5.** O Ministro discorreu sobre a necessidade de
23 efetivação da reforma política, acabando com o financiamento empresarial das
24 campanhas. **6.** O Ministro Gilberto Occhi mencionou que a questão da participação, e
25 como, daqui para frente o Conselho poderá contribuir na mudança das suas posições na
26 visão de uma cidade mais inclusiva e mais participativa. **7.** A ata da 41ª Reunião foi
27 aprovada sem modificações. Ocorreu uma modificação na pauta da reunião sendo
28 adiada para o período da tarde a apresentação do Regimento Interno, o relato do GT
29 ONU-HABITAT III e o relato do GT SNDU. **8.** O Secretário-Executivo do Conselho
30 das Cidades apresentou o trâmite que as resoluções passam até serem publicadas. Uma
31 das conselheiras falou da importância de estabelecermos prazos para essa tramitação.
32 Falou-se da importância de, depois de aprovar a ata e a pauta, apresentar o andamento
33 de todas as resoluções aprovadas. **PERÍODO DA TARDE.**

34 **1.** Os trabalhos foram retomados e o senhor Paulo Rochel convidou dois representantes da Comissão
35 Coordenadora para compor a mesa. **2.** Nesse momento passou-se à apresentação das
36 resoluções que estão em tramitação. Informou-se que doze resoluções foram
37 homologadas e que ainda estão em tramitação a Resolução Recomendada nº 165, que
38 trata da participação social, e sobre a qual a CONJUR solicitou uma retificação e logo
39 poderá ser homologada. A Resolução Recomendada nº 166, que trata do
40 descontingenciamento do FUNSET e do DPVAT, está em análise por abordar
41 competências de outros órgãos. A Resolução Recomendada nº 167, que trata de
42 recomendação à Advocacia Geral da União sobre campanhas de educação de trânsito,
43 teve o objeto superado, uma vez que as campanhas foram veiculadas. A Resolução
44 Administrativa nº 30, que solicita providências quanto às condições de funcionamento
45 dos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho, se encontra na Secretária-Executiva do
46 Conselho das Cidades em instrução. A Resolução Recomendada nº 168, que recomenda
47 ao Ministério do Meio Ambiente a convocação do GT 01 para discutir a atual situação
48 do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, se encontra no Gabinete do Ministro para
49 análise. **3.** A seguir, o senhor Paulo Rochel iniciou apresentação sobre o Regimento
50 Interno do Conselho das Cidades fazendo uma leitura, ponto a ponto, de todos os

51 artigos. **4.** Discutiu-se a modificação do Regimento Interno e foi aprovada por ampla
52 maioria sua reforma, a ser efetuada por meio de contribuições enviadas pelos
53 conselheiros e sistematizada por um Grupo de Trabalho. Foi proposta a criação do
54 grupo de trabalho que vai começar os debates sobre a 6ª Conferência Nacional das
55 Cidades. **RELATO DO GT HABITAT III: 1.** Isabela Sbampato informou que na
56 última reunião do Conselho, que aconteceu em julho, foi aprovada a Resolução
57 Administrativa nº 29 que cria o GT para preparar o relatório da Conferência Habitat III
58 que acontece a cada vinte anos. Esse grupo de trabalho tem a missão de elaborar, a
59 partir de diretrizes predefinidas pela ONU, um relatório sobre evolução urbana
60 brasileira nos últimos 20 anos. O Brasil vai enviar esse relatório à ONU e ele será
61 sistematizado no relatório da América Latina Caribe e posteriormente em um relatório
62 global para a Conferência Habitat-III, que irá acontecer em 2016. A resolução prevê que
63 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) participe, na qualidade de relator,
64 desse esforço de Governo. Nesse sentido, o MCidades e o IPEA firmaram Termo de
65 Execução Descentralizada com transferência de recursos financeiros, para viabilizar a
66 preparação do Relatório. **2.** O Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Carlos
67 Vieira, informou que a ONU programou três rodadas de discussão com os países
68 membros como parte da preparação para a Conferência. Há duas frentes de discussão no
69 momento, uma dos países favoráveis que a representatividade na Conferência se realize
70 apenas pelo governo central e aqueles países que entendem a pluralidade de participação
71 (inclusão da sociedade civil). A ONU entende que o Brasil avançou muito na parte de
72 produção habitacional, mas o Brasil precisa melhorar na questão da sustentabilidade. **3.**
73 O pesquisador do IPEA, Renato Balbim, informou que o objetivo do relatório é avaliar
74 os vinte anos e renovar os compromissos políticos. É um processo com dois produtos: o
75 relatório nacional, que deve ficar pronto em abril, em conformidade com a cartilha
76 ONU; dele constam nove temas para serem discutidos de acordo com indicadores já
77 traçados. Em março de 2015 ocorre reunião para aprovação do documento. **RELATO**
78 **DO COMITÊ TÉCNICO DE PLANEJAMENTO: 1.** O Diretor de Políticas e
79 Acessibilidade, Yuri Della Giustina, expôs que o GT SNDU (interno) foi criado no
80 âmbito no Ministério das Cidades para discutir e debater a proposta do Sistema feita
81 pelo Concidades, definir algumas estratégias para sua implementação e detalhar alguns
82 temas importantes para a política urbana. Foi discutido como o Conselho participaria e
83 contribuiria nessas discussões do GT que está em andamento dentro do Ministério das
84 Cidades e encaminhado pelo Comitê que esse tema deve ser tratado no âmbito do
85 Comitê de Planejamento. O plenário ratificou essa posição que o trabalho do GT interno
86 deve ser acompanhado pelos membros do Comitê de Planejamento que possui
87 representação de todos os segmentos. Assim, o SNDU passa a ser pauta de todas as
88 reuniões do Comitê, que pode ter eventuais participações presenciais nas reuniões do
89 GT por meio de uma comissão designada para esse fim. **2.** O segundo ponto de informe
90 foi sobre as discussões no GT Conflitos Fundiários, que reunido em agosto, discutiu um
91 plano de trabalho com atividades frente à instalação da Comissão de Conflitos
92 Fundiários Urbanos. Levantou-se uma preocupação sobre como ficaria a situação do GT
93 com a instalação da Comissão Interministerial. O grupo definiu que o objetivo do GT
94 de Conflitos Fundiários seria subsidiar e acompanhar a atuação do Governo Federal na
95 mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Foi apresentado o Plano de trabalho e
96 cronograma das atividades. Sugestão de pauta para a próxima reunião do GT:
97 apresentação da metodologia de mediação, informe sobre a reunião do CIMCFurb e
98 apresentação e discussão das tipologias dos fluxos de tramitação de processos pelo
99 Ministério das Cidades. **3.** O terceiro ponto foi sobre o andamento da elaboração dos
100 cadernos de orientação sobre os instrumentos do Estatuto da Cidade: estudo de impacto

101 de vizinhança, parcelamento e edificação compulsória, transferências do direito de
102 construir e IPTU progressivo. O primeiro produto será finalizado em novembro, e serão
103 encaminhados aos Comitês para contribuições. **4.** Campanha da Função Social da
104 Propriedade. O Comitê avaliou que seria importante articular e a veicular uma
105 campanha publicitária sobre a função social da propriedade. **5.** A pauta para a próxima
106 reunião ficou definida com os seguintes tópicos: informe da discussão do GT SNDU;
107 apresentação do termo de referência da campanha publicitária da função social da
108 propriedade e um tema sobre iluminação pública tendo em vista que a Aneel fez uma
109 resolução passando a competência da iluminação para os municípios. **RELATO DO**
110 **COMITÊ TÉCNICO DE MOBILIDADE. 1.** O Superintendente da CBTU fez uma
111 apresentação e se colocou a disposição para questionamentos. Na parte da tarde foi
112 discutida a necessidade da construção de subgrupos de trabalho e ficou definido que
113 haveria três subgrupos para debater no próximo período os focos de ação do Comitê de
114 Mobilidade: 1º Campanha nacional de divulgação da Política Nacional de Mobilidade
115 Urbana com ênfase na elaboração dos planos. 2º Paz no trânsito. 3º CBTU e Trensurb e
116 a política nacional metroferroviária. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE**
117 **SANEAMENTO AMBIENTAL. 1.** A reunião do Comitê Técnico de Saneamento
118 Ambiental teve a pauta dividida em duas partes: o GT Interinstitucional na parte da
119 manhã e no período da tarde o Comitê Técnico. Foi criado um grupo técnico específico
120 para discutir a priorização das macro diretrizes e estratégias estabelecidas no Plansab.
121 Foi apresentado um questionário para investigar dentro do Governo Federal tudo o que
122 está sendo feito pelos diversos ministérios e órgãos na área de saneamento, para avaliar
123 ações que impliquem alguma diretriz ou estratégia do Plansab. O questionário foi
124 aprovado e será encaminhado a todos os Ministérios e órgãos do Governo Federal. O
125 grupo entendeu também ser importante encaminhar para as secretarias estaduais que
126 atuam na área de saneamento básico. O retorno do questionário é previsto para trinta
127 dias e depois disso esse será consolidado. **2.** Foram apresentadas planilhas com
128 programas do atual PPA que têm alguma ação no campo do saneamento básico. Com
129 base no Plansab será construída uma proposta para ser apresentada para o Ministério do
130 Planejamento para o próximo PPA. O Ministério do Planejamento faz parte do GTI e se
131 prontificou para vir ao pleno do Conselho apresentar a estrutura do PPA para auxiliar a
132 discussão do Plano no início do ano que vem. Foram aprovados os dois primeiros
133 seminários de divulgação e disseminação do Plansab, o primeiro da região Centro-Oeste
134 a ser realizado em Brasília em quatro de dezembro e o segundo da região Sudeste a ser
135 realizado no Rio de Janeiro dia dez de dezembro. **3.** A Diretora de Ambiente Urbano
136 Zilda Veloso do Ministério do Meio Ambiente informou que o MMA irá convocar
137 reunião em novembro do GT1 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ficou
138 deliberado que Secretaria Nacional de Saneamento irá consultar o Ministério do Meio
139 Ambiente sobre a inclusão de mais uma vaga para o Concidades no grupo. Discutiu-se a
140 desoneração do PIS/COFINS do setor saneamento devido à crise hídrica vivida pelo
141 Estado São Paulo e sobre a realização de um seminário sobre o assunto promovido pelo
142 Ministério das Cidades. Foi aprovado que o Ministério das Cidades encaminhe um
143 ofício aos municípios comunicando que o prazo para instalação de órgão colegiado de
144 controle social do saneamento vence em dezembro para efeito de acesso de recursos do
145 Governo Federal. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE HABITAÇÃO 1.** Foram
146 apresentados resultados do programa Minha Casa Minha Vida, quando se discutiu a
147 defasagem entre conclusão de obras e entrega, e a superação de três principais gargalos
148 para a entrega, que são a emissão de habite-se e dos termos de concessionária, da
149 regularização junto ao cartório e da seleção de demanda. **2.** Relatou-se a participação do
150 Ministério das Cidades - representado pela Secretária Nacional de Habitação Inês

151 Magalhães - junto a Assembléia Geral de Ministros e Autoridades Máximas de
152 Habitação e Urbanismo dos Países da América Latina e do Caribe (MINURVI) **3.** Em
153 seguida foi apresentada a proposta metodológica de novos mecanismos para a melhoria
154 do Programa Minha Casa Minha Vida incluindo exigências urbanísticas para
155 implantação dos empreendimentos. **4.** Foi apresentada pela Secretaria de Patrimônio da
156 União a situação geral da destinação das áreas da União, inclusive os Estados mais
157 efetivos. **RELATO DE GRUPO DE TRABALHO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.**
158 **1.** O Grupo vem fazendo um levantamento de programas que têm assistência técnica no
159 âmbito do FDS e FGTS. O GT vai construir um cronograma de trabalho com produtos,
160 atividades e parceiros. **MOÇÕES. 1.** Foi aprovada moção sobre julgamento no STF da
161 constitucionalidade de regras isoladas fora do contexto urbanístico global estabelecido
162 pelos Planos Diretores, especialmente sem a participação social. **2.** Foi aprovada moção
163 de apoio à comunidade de Passarinho, situada em Recife. **3.** Foi aprovada moção de
164 apoio à comunidade de Vila Soma, situada em Sumaré-SP. **4.** Foi solicitado que
165 constasse em ata a aprovação de moção dirigida ao Senado, em apoio ao Decreto da
166 Participação Social. **5.** Foi aprovada moção de apoio à Relatora Especial da ONU para o
167 Direito à Água e ao Saneamento, Sra. Catarina de Albuquerque e ficou definido no
168 pleno que essa moção fosse encaminhada à ONU e ao Governo de São Paulo. **6.** Foi
169 aprovada moção sobre a garantia de participação da sociedade civil igual a dos demais
170 atores na Conferência HABITAT III. **7.** Foi aprovada moção de repúdio à Sabesp e ao
171 Estado de São Paulo com relação à crise hídrica. **RESOLUÇÕES 1.** Foi ratificada a
172 adequação da Resolução Administrativa nº 25 ao texto da Resolução Recomendada
173 nº151. **2.** Foi aprovada a resolução que cria o GT para sistematizar e consolidar as
174 propostas de alterações no Regimento Interno. **3.** Foi aprovada a resolução que
175 recomenda a criação de programa nacional específico para promoção da regularização
176 fundiária em áreas de conflito. **4.** Foi retirada uma proposta de resolução referente ao
177 julgamento no STF das regras urbanísticas fora dos planos diretores, visto que a Moção
178 aprovada sobre este assunto dá conta da proposta política. **5.** Foi aprovada a Resolução
179 Administrativa que cria o grupo de trabalho para planejar a 6ª Conferência Nacional das
180 Cidades. **ENCERRAMENTO. 1.** O Ministro assinou a Portaria Interministerial do GTI
181 SNDU. O segmento dos Trabalhadores propôs o Tema de Conjuntura da próxima
182 Reunião do Conselho: a “Conjuntura nacional e perspectiva de ação do Conselho” e
183 informou que indicará alguém para participar da mesa de debate. O segmento dos
184 Trabalhadores solicitou a participação de dois membros de cada segmento para
185 representação do Concidades na posse do 2º Mandato da Presidenta Dilma. O
186 Secretário-Executivo do Conselho das Cidades considerou cumprida a pauta, agradeceu
187 a presença de todos e deu por encerrada a reunião.